



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



## **CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

### **UM LAÇO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

**APARECIDA DA SILVA CUNHA**

ORIENTADORA: Dr<sup>a</sup> Fátima Lucília Vidal Rodrigues

BRASÍLIA/2011



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**APARECIDA DA SILVA CUNHA**

## **UM LAÇO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Anápolis. Orientadora:

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fátima Lucília Vidal Rodrigues

BRASÍLIA/2011

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

APARECIDA DA SILVA CUNHA

### **UM LAÇO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fátima Lucília Vidal Rodrigues ( Orientador)

---

Prof<sup>a</sup> Patrícia C. Campo Ramos ( Examinador)

---

Aparecida da Silva Cunha ( Aluno)

BRASÍLIA/2011

Este trabalho é dedicado primeiramente a Deus, que me concedeu esta oportunidade, a minha família que se abdicou de minha presença por horas e horas que passei em frente a um computador e a todos aqueles que de uma maneira direta ou indireta me ajudaram chegar até aqui.

“O nascimento do pensamento é igual ao nascimento de uma criança: tudo começa com um ato de amor. Uma semente há de ser depositada no ventre vazio. E a semente do pensamento é o sonho. Por isso os educadores, antes de serem especialistas em ferramentas do saber, deveriam ser especialistas em amor: intérpretes de sonhos para que, enquanto a sociedade feliz não chega, que haja pelo menos fragmentos de futuro em que a alegria é servida como sacramento, para que as crianças aprendam que o mundo pode ser diferente. Que a escola, ela mesma, seja um fragmento do futuro...”

Rubem Alves

## RESUMO

O presente estudo enfoca questões atuais sobre a educação inclusiva, abordando a necessidade de uma estreita relação entre família, afetividade e escola, como um elemento de sucesso na aprendizagem e avanços no desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais. Considerando essas questões, traz-se à reflexão abordagens teóricas contemporâneas, bem como a síntese de vivência pedagógica realizada em escolas públicas de Anápolis – Goiás. O objetivo deste trabalho de pesquisa é investigar qual a importância de um laço entre família e escola para efetivação de uma prática inclusiva. Logo, a relevância deste consiste em desvelar, sem ambicionar extenuar o tema, a acuidade de famílias, vínculos afetivos e escolas estarem unidos pelos vínculos afetivos que as constitui, para se alcançar qualidade na educação inclusiva, pois são estes que, embasados na teoria do conhecimento, fazendo um estudo crítico e científico, vão auxiliar os indivíduos, por meio de projetos reflexivos, trabalhando com direcionamento sob diferentes enfoques teóricos. Tornando intrínsecos ao saber institucional a afetividade, procurando sempre a parceria com as famílias, a educação inclusiva se tornará capaz de orientar os alunos no seu desenvolvimento rumo ao conhecimento.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Família e Escola

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>10</b>
1.1 AS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS DE JEAN PIAGET E LEV SEMENOVITH VIGOTSKY.....	10
1.2 A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM JEAN PIAGET.....	10
1.3 O SÓCIO-INTERACIONISMO DE LEV SEMENOVITH VIGOTSKY.....	12
1.4 AS APLICAÇÕES DO PENSAMENTO JEAN PIAGET E DE LEV SEMENOVITH NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	14
1.4 A QUESTÃO DO VÍNCULO NA APRENDIZAGEM.....	17
1.4.1 A família.....	22
1.4.2 A escola.....	23
1.5 A perspectiva inclusiva na Educação.....	25
<b>II – OBJETIVOS.....</b>	<b>29</b>
2.1 OBJETIVO GERAL.....	29
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	29
<b>III – METODOLOGIA.....</b>	<b>30</b>
3.1 CONTEXTO.....	30
3.2 PARTICIPANTES.....	31
3.3 MATERIAIS.....	31
3.4 INSTRUMENTOS.....	31
3.5 PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS.....	31
<b>IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>33</b>
4 ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA EM ESCOLAS DE ANÁPOLIS-GOIÁS.....	33
4.1 Entrevista com professores e família.....	33
4.2 OS DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA.....	37
<b>V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>47</b>
A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professores e Responsáveis	
B – Questionário para pesquisa – Pais	
C- Questionário para pesquisa – Professores	

## APRESENTAÇÃO

O convívio com a mudança de paradigmas que sustentam a educação informal, ao longo dos últimos 05 anos, como professora e como coordenadora atuante em escolas públicas, forneceu os subsídios necessários para a elaboração desta monografia, pois ao longo destes anos foi possível constatar a relevância dos estudos e pesquisas científicas que corroboram para que a inclusão aconteça de fato. Segundo estudos realizados nesta especialização é imperativo aos sistemas educacionais terem na mais alta relevância a educação na diversidade, haja vista que esta é reposta aos anseios de nossa sociedade:

Já há alguns anos em nosso país, a inclusão educacional de crianças e jovens com desenvolvimento atípico vêm mobilizando afetos, intelectos, sentimentos; criando dúvidas e certezas, impasses e discussões; gerando leis, portarias e sentenças; desvelando preconceitos, rótulos e relações de poder. (KELMAN, 2010)

Assim, a finalidade desta monografia é abordar teorias e tendências atuais sobre a inclusão e a relação desta com a família e a escola, sem o domínio das quais a prática pedagógica tornar-se-á obsoleta.

A relevância do presente trabalho consiste em alertar os profissionais envolvidos no processo educativo, família e sociedade em geral sobre a relevância de estarem atualizados sobre o referido tema, pois, diante da amplitude das ações antropológicas, sociais e políticas que envolvem a inclusão, torna-se imprescindível a reflexão contínua fundamentada na perspectiva do direito à diversidade, pois é notório que todo homem precisa desenvolver habilidades, ter acesso a informações e conhecimentos, para que usufrua os bens sociais já constituídos e participe ativamente da vida social na qualidade de cidadão. Segundo Vigotsky, "a história da sociedade e do homem caminham juntas e, mais do que isso, estão de tal forma intrincados que um não seria o que é sem o outro". (VIGOTSKY, 1998, p.22)

A sociedade e o homem estão em constante mutação, e um dos desafios do saber institucional é acompanhar o ritmo acelerado em que ocorrem estas transformações. É necessária a reflexão sobre a volubilidade do homem, da sociedade e do cosmo, pois esta é uma das características mais intensas da Pós-Modernidade.

De acordo com a pesquisa de campo realizada temos uma baixa participação dos pais na escola, o que foi considerado como fator relevante no baixo rendimento e alto índice de evasão de nossos alunos. Portanto, a proeminência do presente trabalho consiste em oferecer subsídios para resgatar, manter e incentivar a auto-estima de nossos alunos inclusivos, através de um melhor rendimento escolar que pressuponho, só será possível através do acompanhamento da família e da inserção de afetividade no processo ensino aprendizagem.

Tais afirmações remetem à reflexão da alta relevância das contribuições dos profissionais de educação na Educação Inclusiva. Ainda há muito que se caminhar, sem dúvida, mas é inegável que a educação constitui-se num recurso para a sociedade nessa árdua tarefa de tornar possível a inclusão



social do indivíduo com necessidades especiais, uma vez que nossa sociedade, infelizmente, não se tornou, ainda, suficientemente inclusiva.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão.

Assim, o objetivo deste trabalho é abordar temas relacionados às práticas de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais, sem ambicionar extenuar o tema, haja visto que o mesmo tem transposto períodos reflexivos com o intuito de minimizar a distância entre o real e o ideal.

Como fontes de evidências para este estudo optou-se por observações, conversas informais, pesquisa de campo, análises documentais, casos específicos, tudo isto sendo feito à luz das teorias de Lev Semenovith Vigotsky, Jean Piaget e Alícia Fernandez, entre outros autores que fizeram pesquisas científicas acerca do assunto proposto. Teorias estas escolhidas por estarem relacionadas à prática pedagógica vigente no ensino público municipal no qual atuo, tendo em vista que foram levantados bons resultados, fato este constatado nas observações durante a elaboração desta pesquisa.

Ressalto que o objetivo aqui não é apresentar soluções definitivas e/ou possíveis caminhos a serem trilhados frente aos problemas decorrentes dos vínculos afetivos e aprendizagem, observados durante a realização da pesquisa. Inicia-se aqui, intenções e propostas de novas atitudes, propiciando assim, uma construção de conhecimento e reconstrução desse processo.

## I- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 1 AS CONTRIBUIÇÕES CIENTÍFICAS DE JEAN PIAGET E LEV SEMENOVITH VIGOTSKY

#### 1.1 - A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM JEAN PIAGET

Psicólogo e biólogo suíço, Jean Piaget (1896 - 1980), é reconhecido como a maior autoridade do século sobre o processo de funcionamento da inteligência e das estruturas cerebrais de aquisição do conhecimento.

Suas pesquisas científicas deram grandes contribuições para a desmistificação da aquisição do conhecimento. Embora não ambicionasse construir uma teoria pedagógica, suas idéias têm sido referenciais para uma proposta de ensino bem elaborada. Seu trabalho foi fundamental para a inserção do indivíduo no mundo letrado, pois suas análises científicas sobre a epistemologia genética é que fundamentaram a psicogênese da língua escrita.

Piaget explica a interação pelos conceitos de assimilação, acomodação e adaptação. Do equilíbrio desses processos advém uma adaptação ao mundo cada vez mais adequada e uma conseqüente organização mental. O autor ainda alerta para o fato da estruturação cognitiva, onde conhecimentos novos abrem caminhos para novas possibilidades, descartando a tese de o conhecimento ser pré- estabelecido geneticamente. Admite ainda a importância da influência do meio no desenvolvimento intelectual e na integração dos saberes.

Piaget reforça a sua tese sobre a importância do construtivismo na formação integral do ser humano como algo que possibilita um adequado caminho da aquisição do conhecimento, contestando o inatismo que defende a idéia de que o indivíduo nasce pronto. "Assiste-se por toda parte a uma falência do ideal de dedução integral que implica a pré-formação, e isso em proveito de um construtivismo cada vez mais evidente". (PIAGET, 2002, p.9)

Segundo a tese piagetiana, o desenvolvimento cognitivo é um processo sequencial onde a interação tem importante papel no desenvolvimento das operações lógicas, pois influencia significativamente a visão de mundo do sujeito, permitindo-lhe evoluir de uma perspectiva subjetivista para a objetividade; este processo não é inato. Segundo o autor:

"O desenvolvimento é um processo seqüencial marcado por etapa; embora a seqüência do desenvolvimento seja a mesma para todas as pessoas, a cronologia é variável de pessoa para pessoa". (PIAGET, 1998, p.19)

O autor argumenta que a criança apresenta características próprias de acordo com a sua idade, conseqüentemente o desenvolvimento intelectual ocorre por meio de organização e adaptação, enfatizando ainda o papel estruturante do sujeito. Maturação, experiências físicas, transmissões culturais e equilíbrio são fatores do desenvolvimento cognitivo desenvolvidos na sua teoria.

Com os mecanismos que se apresentam desde o nascimento, os indivíduos vão construindo seu modo de agir, pensar e sentir. Estabelecem sua

visão de mundo e adquirem conhecimento, sendo que cada homem é agente do seu processo de desenvolvimento.

O conceito central de construtivismo, baseado nas pesquisas genéticas de Jean Piaget, considera que as crianças são pensadoras ativas, tentando sempre constituir novas estratégias e entendimentos avançados e explicar os processos de desenvolvimento e aprendizagem como resultados da atividade do homem na interação com o ambiente.

A inteligência, para Piaget, é um caso particular de adaptação biológica. Numa interpretação oposta ao empirismo encontramos uma explicação que pode ser caracterizada como apriorista ou inatista, que concebe o conhecimento como sendo pré-formado no sujeito, dependendo apenas de maturação e um mínimo de experiências. Esta posição aparece contemporaneamente em Kant e Chomsky. (CAMPOS, 1986, p.21)

De acordo com o inatismo, as crianças já nascem com estruturas mentais pré-formadas que se manifestarão em momentos específicos do desenvolvimento. Piaget não admite a hipótese empirista, nem a inatista, pois o sujeito não é passivo nem pré-formado, mas interage com o meio e nesta interação constrói o conhecimento através de descobertas e invenções.

Segundo Jean Piaget não se pode analisar homem e mundo isoladamente. *"O ser humano como sujeito em interação com o meio deve ser descrito como sistema aberto que constrói progressivamente o conhecimento ao agir sobre os objetos incorporando elementos novos."* (PIAGET, 200, p.13)

De acordo com o referido autor, o desenvolvimento cognitivo é um processo que se realiza em todo ser humano. Nas palavras de Piaget "os diversos aspectos do comportamento intelectual são reações fenótípicas e um fenótipo é o resultado de uma interação entre o genótipo e o meio." (PIAGET, 2000, p.17)

Essa compreensão sobre o modo como o aluno pensa é de fundamental importância para aquisição do saber institucional, já que um dos paradigmas deste saber é pautado na humanização e socialização do indivíduo. É de alta relevância o conhecimento do educador sobre o modo como os educandos estão constituindo suas reflexões sobre a língua escrita, sendo primordial o conhecimento das condições internas prévias, pois é a partir desse conhecer que o educador terá possibilidade de estabelecer propostas coerentes de avanços.

"As necessidades e os interesses da personalidade nascem e se desenvolvem com as relações recíprocas do ser humano com respeito ao seu contexto sócio, histórico e cultural." (RUBISTEIN, 1967)

As considerações acima revelam a indigência das pessoas com necessidades especiais estarem inseridas na sociedade para que esta relação lhes permita o desenvolvimento, pois esta é um ser sócio histórico cultural, remanescente de uma história, inseridos em um sistema social e econômico e permeados por uma cultura.

A teoria de Piaget ficou conhecida como Epistemologia Genética porque procura explicar a origem do conhecimento. O sujeito participa

na construção do próprio conhecimento, de forma ativa, crítica e criativa, sendo por isso denominado de sujeito epistêmico ou cognoscente. (KELMAN, 2010)

De acordo com a teoria do desenvolvimento humano de Piaget, todo sujeito é ativo na construção do conhecimento em todas as etapas da vida procura conhecer e compreender ao seu modo o que se passa à sua volta, mas não o faz de maneira imediata.

Tomando a psique como uma unidade complexa, conclui-se que formação do ser não tem que seguir um modelo, e todo ser humano devem ser tomados como sujeito ativo, pois esta dimensão ativa do ser humano ocorre pelo fato de que nos processos psicológicos humanos, desenvolve-se a capacidade de evolução integrada a outros processos e elementos de significado e sentido em nossos pensamentos e ações.

Assim, a inclusão deve partir dos pressupostos acima, pautando-se no direito à diversidade, para compreender o desenvolvimento humano e a valorização do ser transcendental, independente de suas condições físicas, como base para uma sociedade justa e igualitária, tornando-a uma sociedade inclusiva: que reconhece a diversidade e a respeita formalmente.

Com recursos da neuroimagem funcional foi constatado que crianças que não tem relações sociais não podem se desenvolver. O cérebro por si só, não tem capacidade de desenvolvimento, daí a necessidade de constituir uma função mediada junto à atividade que é a mediação social na constituição do sujeito.

Cabe a todos: aos setores de pesquisa, às Universidades, o desenvolvimento de estudo na busca dos melhores recursos para auxiliar e ampliar a capacidade das pessoas com necessidades educacionais especiais de se comunicar, de se locomover e de participar de maneira cada vez mais autônoma do meio educacional, da vida produtiva e da vida social, exercendo assim, de maneira plena, sua cidadania.

## 1.2 O SÓCIO INTERACIONISMO DE LEV SEMENOVITH VIGOTSKY

Numa pesquisa científica sobre aquisição do conhecimento, não se pode deixar de dar o merecido apreço às contribuições e progressos alcançados nessa área por intermédio das pesquisas do autor soviético Lev Semenovitch Vigotsky.

A abordagem vigotskyana, é conhecida como abordagem histórico-cultural do desenvolvimento humano. Esta vincula o desenvolvimento humano ao contexto cultural no qual o indivíduo se insere e à influência que o ambiente exerce sobre a formação psicológica do homem. Diz uma conhecida estudiosa do autor: "O desenvolvimento cognitivo das crianças é consideravelmente favorecido pelas interações sociais" (BEE, 2003, p.45)

Vigotsky fundamenta que o desenvolvimento está alicerçado sobre o plano das interações. Há uma inter-relação entre o contexto cultural, o homem e o desenvolvimento, pois esse se dá do intersíquico para o intrapsíquico, ou seja, primeiro se dá o desenvolvimento cognitivo, no relacionamento com o outro, para depois ser internalizado individualmente. Esse processo significa que o desenvolvimento ocorre exteriormente para depois ocorrer efetivamente no interior do indivíduo. Sendo assim, sem influência mútua não há desenvolvimento.

Sua proposta é conhecida também como sócio-interacionista, pois o desenvolvimento histórico acontece do social para o individual. "O ser humano só adquire cultura, linguagem, desenvolve o raciocínio se estiver inserido no meio com os outros. A criança só vai se desenvolver historicamente se inserida no meio social". (VIGOTSKY, 1991, p.22)

Vigotsky fez seus estudos baseando-se no materialismo-histórico-dialético de Marx e Engels que afirmavam que as mudanças históricas sociais ocorridas dentro de uma sociedade, influenciam o comportamento dos indivíduos. Por isso Vigotsky afirma que o homem só se constrói homem nas suas relações sociais, pois é na vivência em sociedade que acontece a transformação do ser biológico para o ser humano. As informações nunca são absorvidas diretamente do meio, mas elas são intermediadas, direta ou indiretamente pelas pessoas que nos cercam, e que são carregadas de significados sociais e históricos. Essas informações intermediadas e reelaboradas se concretizam numa espécie de linguagem interna, e caracterizará a sua individualidade.

Vigotsky buscou caracterizar os aspectos tipicamente humanos do comportamento e elaborar hipóteses de como estes se formaram ao longo da história humana e de como se desenvolvem durante a vida de um indivíduo. Ao longo do tempo, o homem foi desenvolvendo novos e mais aperfeiçoados instrumentos para melhorar sua condição de vida; e o uso destes tem como principal consequência psicológica provocar interações sociais e consequentemente o desenvolvimento histórico.

A perspectiva histórico-cultural de Vigotsky também é conhecida como sociointeracionista, uma vez que o homem é visto como um sujeito que constitui sua singularidade na interação com o meio, transformando-o e sendo por ele transformado nas relações sociais produzidas em uma determinada cultura. (KELMAN, 2010, P.23)

O autor enfatiza o aspecto interacionista, pois considera que é no plano intersubjetivo, isto é, na troca de experiências entre as pessoas que têm origem as funções mentais superiores, caracterizando a chamada zona de desenvolvimento proximal, que é a distância entre o que se pode fazer sozinho e o que se faz com a mediação de outra pessoa, ou de signos. O que novamente valida à importância de conhecer o contexto social no qual o indivíduo está inserido, para entender a maneira como estrutura seu pensamento. Sendo essas medidas essenciais para iniciar e nortear um processo significativo de alfabetização, onde o aluno seja capaz de relacionar aprendizagens anteriores às atuais e não apenas decodificar signos.

Segundo Vigotsky (1988), o nível de desenvolvimento potencial é determinado através da resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou em colaboração com outro companheiro mais capaz. O desempenho da criança em cooperação com outros indivíduos revela os resultados de amanhã, pois é o primeiro momento pelo qual passa a aprendizagem: momento interpsicológico, (entre as pessoas).

Mesmo com as necessidades especiais, no seu tempo e no seu ritmo individual, suas possibilidades decorrem dos esquemas de assimilação, que significam tornar seu, absorver, entender, compreender. São esquemas de ação: sugar, agitar, balançar ou operações mentais que, também são ações, mas no plano mental: reunir separar, classificar, estabelecer relações. A partir desses esquemas o indivíduo acomoda esses esquemas, modificando-os ou ampliando-os e os equilibra, incorporando-os em seu desenvolvimento. Rompendo da relação filantrópica, retomando a noção de desenvolvimento. Trata-se de domínio psicológico em constante transformação, onde nas situações interativas é que o desenvolvimento ocorre. O espaço subjetivo em que elas se processam é chamado de "situação social do desenvolvimento".<sup>1</sup>

Como Jean Piaget (2002), Vigotsky (1988) também não acredita no processo simples de estímulo e resposta, pois, o que ele buscava era o conflito entre as concepções idealista e mecanicista na psicologia. Esses modelos, de estímulo-resposta, condizentes com o behaviorismo, em sua teoria são substituídos por um ato complexo, mediado por instrumentos psicológicos que podem aumentar a capacidade de atenção e memória, onde o aprendizado impulsiona as estruturas mentais. Observa o desenvolvimento infantil a partir de três aspectos: instrumental, cultural e histórico. Enquanto Piaget dá ênfase no papel estruturante do sujeito, pois considera o desenvolvimento da criança como dependente, sobretudo da interação com objetos.

### 1.3 AS APLICAÇÕES DO PENSAMENTO DE JEAN PIAGET E LEV SEMENOVITH VIGOTSKY NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Essa discussão sobre as relações que se estabelecem entre o desenvolvimento e a aprendizagem é fundamental para que se entendam, proponham e organizem diretrizes para a inclusão.

A análise do ponto de vista desses dois autores ajuda a direcionar esta pesquisa sobre o que é aprender e o que é ensinar, considerando que o ser humano não é passivo, não nasce pronto, e interage com o meio e com as pessoas que o cercam.

Fundamentando-se na perspectiva de Jean Piaget e Lev Semenovith Vigotsky, tanto se faz importante a interação com outrem como a interação com objetos para análise no desenvolvimento humano. Consideram-se os dois aspectos levantados pelos autores primordiais para os avanços cognitivos: o conhecimento toma a qualidade de "objeto", tal qual descrito por Jean Piaget, sendo a "interação" de Vigotsky que torna possível relacionar conhecimentos anteriores, fazer analogias com o concreto e estabelecer vivacidade à erudição.

---

<sup>1</sup> N.E – Terminologia usada na teoria de Vigotsky

Vigotsky (1998), por sua vez, destaca o importante papel das interações sociais para o desenvolvimento, a partir da inserção do sujeito na cultura. Essa inserção acontece por meio das interações sociais com as pessoas significativas que estão no ambiente da criança. Para Vigotsky (1998, p. 29), pela mediação do outro, ocorre um processo intensivo de interações com o meio social, através do qual o indivíduo se apropria dos objetos culturais. Esse complexo processo caracteriza o desenvolvimento humano. A idéia de mediação, encontrada em (Vigotsky, 1998, p 33), permite defender que a construção do conhecimento ocorre a partir de um intenso processo de interação entre as pessoas. Isso significa que a criança desenvolve-se pela sua inserção na cultura, promovida pela mediação das pessoas que a rodeiam.

Conhecendo os mecanismos de aprendizagem que as crianças desenvolvem desde o nascimento, sabemos que elas vão construindo seu modo de agir, pensar e sentir, sua visão do mundo e seu conhecimento através da interação com outras pessoas, sejam adultos ou colegas.

Jean Piaget com sua pesquisa científica dá suporte para a compreensão do processo de “como” se aprende em cada fase do desenvolvimento humano. Quando se leva em consideração o nível de desenvolvimento do aluno, as probabilidades de elaborar atividades coerentes para que ele realize são maiores. Segundo o autor, quando se propõe um novo conteúdo para o aluno ele entra num desequilíbrio cognitivo, ele não conhece, não sabe do que se trata. Então se faz a mediação entre o novo conhecimento com a metodologia aplicada e quando assimila o conhecimento ele entra novamente em equilíbrio. Podemos concluir que é necessária, então, a aplicação de atividades que levem à reflexão, a analogias com conhecimentos anteriores para que o desequilíbrio, citado por Piaget, torne-se novamente em equilíbrio com a ampliação do conhecimento.

Para isso, ainda se tem o respaldo da teoria de Vigotsky que nesse aspecto de desenvolvimento pesquisou cientificamente e abriu caminhos para atuação na zona de desenvolvimento proximal.

Estamos vivendo em uma época focada nas análises de algumas questões sobre a inclusão, buscando na teoria de alguns autores argumentos e estudos para que mudanças aconteçam. A educação de crianças deficientes é um desses questionamentos que, encontra em Vigotsky um suporte para a mudança; mudança de questões e paradigmas educacionais que foram levantadas há muito tempo por ele.

No trabalho do referido autor, o mesmo postula que a educação voltada pra crianças com deficiência e a forma como ela acontece acaba não potencializando a criança, pois é uma educação voltada para as diferenças, que não visa uma inclusão e nem visa vencer a dificuldade, e sim, adaptar-se a ela.

Vigotsky lança um olhar crítico sobre essas questões e aborda a forma como essa educação deveria ser elaborada destacando:

- O deficiente se desenvolve de uma maneira própria, mas isso não deve ser desmerecedor, pois o importante é que

ela se desenvolva. Vigotsky se concentra nas habilidades que essas crianças possuem e não em suas carências.

- Não podemos nos focalizar nos aspectos negativos da doença e de uma forma generalizar sobre ela. Devemos falar sobre “as características positivas que as constituem como pessoa”.
- A importância das interações sociais como forma de desenvolver as características biológicas.
- A deficiência tem dupla influência no desenvolvimento. Ao procurar meios de se adaptar, ela estimula o indivíduo ao invés de limitá-lo. “O desenvolvimento encontra vias de realização nas relações sociais”.
- A escola não deve se adaptar à doença, e sim descobrir meios de superá-la.

Podemos perceber que as teorias do referido autor não apóiam uma educação de segregação, onde os diferentes devam ficar isolados, pois, em uma visão mais geral, a tendência é acreditar que eles teriam as mesmas dificuldades. Vigotsky prega o contrário. As crianças devem se interagir com crianças “normais”; a sociabilidade é uma forma de não se adaptar à deficiência e de desenvolver habilidades diferentes. A escola deve prezar a inserção social e continuar buscando formas de não alienar a pessoa com necessidade especial.

É cabível ressaltar ainda, o que esse autor denominou a zona de desenvolvimento proximal: a distância entre o que a criança faz com a ajuda de um adulto e o que pode fazer sozinha. É nessa área que se deve agir, através da mediação. Para agir sobre a ZDP, precisamos aguçar e promover estratégias que leve ou que induza o aluno a autonomia, seja na individualidade ou em interação com pares, porque esse autor também nos elucidou o fato do conhecimento se dá de maneira interpsicológica para intrapsicológica. Que significa isso? Ele confirmou em suas pesquisas que as crianças constroem seus significados e aprendizagens, primeiro na relação com outrem, no relacionamento com as pessoas, e depois reconstrói ou assimila essas informações e conhecimentos no seu interior. Primeiro a criança elabora hipóteses no seu exterior para depois chegar à resposta sozinha. Pressupõe-se então que o melhor caminho é trabalhar com propostas de atividades interessantes, que despertem o desejo do aluno em querer fazer, considerando suas habilidades e seu nível de desenvolvimento.

Para esclarecer ainda mais a questão da aquisição do conhecimento, Emília Ferreiro, pautada nas pesquisas científica de Jean Piaget contribuiu de forma intensa revelando e assinalando, com características próprias e marcantes os níveis estruturais de aquisição da linguagem escrita, por exemplo.



Não há como negar as contribuições desses autores. Nem é possível que, de uma forma ou de outra, em maior ou menor grau, as propostas e estudos deles não estejam na prática docente. As pesquisas científicas dos referidos autores estão intrínsecas à prática do professor mesmo que, às vezes, esse não tenha consciência disso.

#### 1.4 A QUESTÃO DO VÍNCULO NA APRENDIZAGEM

O termo “Afetividade” tem sua definição na terminologia psicológica alemã, exprime qualquer estado afetivo, penoso ou desagradável, vago ou qualificado, quer se apresente sob a forma de uma descarga maciça, quer como tonalidade geral. No dicionário Aurélio (2000, p. 20) a palavra afetividade tem a seguinte definição: Qualidade ou caráter de afetivo. Segundo Wallon (1989) o afeto é a expressão qualitativa da quantidade de energia pulsional e das suas variações que pode se exprimir nos dois registros: do afeto e da representação.

O vínculo é a maneira particular que cada indivíduo tem de se relacionar com ele mesmo e com o outro. Ele vai se caracterizando desde o nascimento, pois o primeiro vínculo estabelecido pela criança é com a mãe. Esse primeiro vínculo é fundamental para o desenvolvimento, tanto cognitivo como afetivo da criança, por isso, há uma grande necessidade dele ser saudável para não vir a ter conseqüências nocivas e duradouras no futuro, facilitando a vinculação social.

Não há como negar que a emoção está presente no processo emoção/cognição. Nunca somos puramente racionais.

Tornar-se significativo pra alguém - AFETO/AFETAR - alguém. É desafiada a nossa tentativa de alcançar alguém. O problema não está só no outro, está em nós também. Não basta ter argumento, o sujeito precisa ser afetado pelo outro na internalização das relações sociais que ocorre conforme o significado da experiência, da carga afetiva que é essencial para a transformação da inter-regulação que vem do significado social.

Por vezes, se tem visto a falta de estímulos afetivos são gerados pela sociedade que se organiza socialmente e politicamente. É necessário ponderar sobre o papel do profissional na constituição do outro, fazendo avaliação dos processos numa abordagem geral.

Sendo assim, é muito importante a relação entre os alunos e destas com educadores, pois as pessoas aprendem os valores culturais, aprendem a amar, a temer, a ter confiança, aprendem traços de caráter e de personalidade.

O melhor índice da educação e cultura de um indivíduo não está na sua habilidade para fazer as coisas, nem na massa de informações armazenadas, mais sim na intensidade de seus ideais, na capacidade de avaliar a verdade, e praticar o bem, portanto a aprendizagem raramente ocorrerá num ambiente onde o ensino é pautado somente na dissertação do educador e sim na utilidade para a transformação do ser humano em um ser melhor.

Nesse sentido, uma das relações que caracteriza o ensinar e o aprender transcorrem a partir de vínculos entre as pessoas desde o âmbito familiar. A

base desta relação vincular é afetiva, pois é através de uma forma de comunicação emocional que o bebê mobiliza o adulto, garantindo assim, os cuidados que necessita. Portanto, é o vínculo afetivo estabelecido entre o adulto e a criança que sustenta a etapa inicial do processo de aprendizagem.

A ligação afetiva da mãe e da família com o bebê é o alicerce para que futuramente o indivíduo possa se tornar capaz de identificar-se com grupos cada vez mais amplos.

FERNÁNDEZ, (1990), afirma que a afetividade desempenha um papel fundamental na constituição e funcionamento da inteligência, determinando os interesses e necessidades individuais.

Wallon (1978) entende que a primeira relação do ser humano ao nascer é com o ambiente social, ou seja, com as pessoas ao seu redor. As manifestações iniciais do bebê assumem um caráter de comunicação entre ele e o outro, sendo vistas como meio de sobrevivência típico da espécie humana.

Vigotsky (1994), ao destacar a importância das interações sociais, traz a ideia de mediação e da internalização como aspectos fundamentais para a aprendizagem, defendendo que a construção do conhecimento ocorre a partir de um intenso processo de interação entre as pessoas. Nesse sentido, Vigotsky destaca a importância do outro não só no processo de construção do conhecimento, mas também de constituição do próprio sujeito e de suas formas de agir.

Estabelecido esse primeiro vínculo, a criança desenvolverá um vínculo interno, ou seja, com ela mesma, introjetando o que vivenciou nas primeiras relações e, a partir daí, construirá sua identidade e assim, relacionará com os outros. Se a vinculação materna e, conseqüentemente a interna, não foi satisfatória, poderá acarretar problemas na maneira habitual que o indivíduo tem de se comportar. É muito importante observar os vínculos internos do sujeito, pois através dele, entenderemos os aspectos externos.

No decorrer do desenvolvimento, os vínculos afetivos vão ampliando-se e a figura do professor surge como grande importância na relação de desenvolvimento, ensino-aprendizagem, na época escolar.

A criança transfere aspectos de seu relacionamento vividos em família para o professor, e se estes aspectos vividos não forem positivos para ela poderá apresentar dificuldades de se relacionar positivamente com o professor, o que poderá levar a uma defasagem escolar. O aluno precisa adquirir uma confiança no professor, para que se sinta seguro e se permita aprender. Este vínculo positivo tem que ser recíproco, pois vínculo saudável entre esses três elementos é de suma importância para a aprendizagem.

Wallon, estudioso francês, dedicou grande parte de sua vida ao estudo das emoções e da afetividade. Identificou as primeiras manifestações afetivas do ser humano, suas características e a grande complexidade que sofrem no decorrer do desenvolvimento, assim como suas múltiplas relações com outras atividades psíquicas, afirma que a afetividade desempenha um papel fundamental na constituição e funcionamento da inteligência, determinando os interesses e necessidades individuais.

As afirmações acima validam a necessidade de um novo olhar para o aluno da educação inclusiva, que em dado momento da vida se percebe excluído, pois vivemos numa sociedade que ainda não aprendeu a valorizar e respeitar as diferenças.

É preciso resgatar em nossos alunos, expostos hoje a uma sociedade mais competitiva e individualista, a emoção, a afetividade, o respeito mútuo, o desenvolvimento de valores éticos e de solidariedade, enfim, possibilitar o prazer e a vontade de descobrir novos conhecimentos, resgatando-lhes a auto-estima.

Assim como Wallon (1975), Vygotsky (1998) enfatizou a íntima relação entre afeto e cognição, superando a visão dualista de homem. Além disso, as idéias dos dois autores aproximam-se no que diz respeito ao papel das emoções na formação do caráter e da personalidade.

A afetividade não modifica a estrutura no funcionamento da inteligência, porém, poderá acelerar ou retardar o desenvolvimento dos indivíduos.

De acordo com casos específicos de análise e observação. Pautada ainda nos dados da pesquisa de campo, um dos entraves observados foi a carência afetiva dos alunos. Infelizmente, na pesquisa de campo, ainda pude constatar alguns profissionais da educação sem o menor apreço pela inclusão. Fato este que colabora para auto-estima baixíssima do nosso aluno que, por razões sociais ou econômicas chegam a escola acudados.

Estes alunos buscam nas Instituições de Ensino um ambiente acolhedor onde tenham voz ativa, onde suas deliberações sejam tidas na mais alta relevância, onde façam novas amizades, pois uma das características dos alunos desta modalidade é a solidariedade. Infelizmente, não é o que acontece sempre, pois, pude observar uma grande lacuna no quesito afetividade quando os professores só estão preocupados em ministrar conteúdos, às vezes até impróprios para os alunos, sem levar em consideração a real necessidade discente.

Na inclusão escolar temos alunos que necessitam de um olhar de sensível, com simpatia e respeito real pois sabe-se que estes alunos já são hostilizados pela sociedade capitalista atual cada vez mais devoradora, e não poucas vezes perdem sua voz ativa, seu direito de se expressar até mesmo na própria família.

Afetividade e escuta sensível são quesitos que não existem nos currículos de formação de nenhum professor, mas é notório que o processo de aprendizagem ocorre em decorrência de interações sucessivas entre as pessoas, a partir de uma relação vincular, é, portanto, através do outro que o indivíduo adquire novas formas de pensar e agir e, dessa forma, apropria-se e/ou constrói novos conhecimentos.

É necessário ouvir os apelos silenciosos de nossos alunos que gritam por atenção, diálogo, uma demonstração de carinho, ou apenas alguém que esteja disposto a ouvir seus sonhos, anseios, necessidades e objetivos de vida.

Estas características do perfil de nossos alunos não podem ser desconsiderados pelos atores (professores, diretores, coordenadores pedagógicos) que atuam na educação.

O problema da aprendizagem pode ser diagnosticado, prevenido e curado, a partir do vínculo de dois personagens: professor e aluno.

Creio que a motivação discente, num ambiente escolar acolhedor, onde o aluno se sinta incluído, valorizado e feliz, aliado a uma prática pedagógica que considere o saber informal individual sejam fatores indispensáveis para os avanços e sucesso deste aluno na escola.

A figura do professor entra em destaque quando ele acredita no potencial de seu aluno, dispensa-lhe maior atenção, demandando maior expectativa acadêmica. O aluno admirado ou valorizado pelo professor tem suas características valorizadas. O professor que transmite aos seus alunos a tranquilidade, emoção e saber cada vez mais acentuadas conseqüentemente demonstram o que torna cada vez mais valorizado; enquanto o aluno rejeitado ou discriminado passa a se afastar do professor e conseqüentemente se identifica cada vez menos com aquela situação que o discrimina e rejeita.

Na educação podemos ajudar a desenvolver o potencial que cada aluno tem, dentro das suas possibilidades e limitações. Para isso, precisamos praticar a pedagogia da compreensão contra a pedagogia da intolerância, da rigidez, a do pensamento único, da desvalorização dos menos inteligentes, dos fracos, problemáticos ou perdedores.

Praticar a pedagogia da inclusão não se faz somente com os que ficam fora da escola. Dentro da escola muitos alunos são excluídos pelos professores e colegas. São excluídos quando nunca falamos deles, quando não os valorizamos, quando os ignoramos continuamente. São excluídos quando supervalorizamos alguns, colocando-os como exemplos em detrimento de outros. São excluídos quando exigimos de alunos com dificuldades de aceitação e de relacionamento, resultados imediatos, metas difíceis para eles no campo emocional.

Mesmo hoje, não podemos ignorar que, diante de qualquer desvio do padrão de comportamento, principalmente na escola, a primeira hipótese de explicação ainda faz referência a um possível problema mental.

Como sujeito dotado tão somente de cabeça, desprovido de corpo, emoção e sentimento, a criança distante dos padrões de competência foi, até há bem pouco tempo, vítima de um julgamento equivocado e parcial. Esse procedimento se modificou somente há poucas décadas, em decorrência, principalmente, dos avanços nas pesquisas neurológicas comprovando a plasticidade do cérebro que, mesmo lesado, tem condições de reconstituir-se e garantir seu funcionamento, bem como da Psicologia, em especial a Psicanálise, cuja contribuição está sendo significativa no sentido de colaborar para que a criança seja também considerada como dotada de sentimentos, que desde a vida intra-uterina influenciam o seu comportamento.

A Pedagogia, igualmente, acabou por repensar a sua prática, investigando mais profundamente a relação ensino-aprendizagem. E todos esses profissionais, atuando integradamente, deram um impulso à questão.

Há que se destacar que, com o surgimento e contribuições da Psicopedagogia, todos os conceitos envolvidos no aprender estão sendo reconsiderados. Por aprendizagem, por exemplo, estendeu-se o conceito para além do conhecimento formal, acadêmico. Qualquer sujeito, independente do seu comprometimento corporal, orgânico, cultural ou psicológico se relaciona e elabora aprendizagem, pois é um ser social, que estabelece relações vinculares durante toda a sua existência.

A prática psicopedagógica mais moderna nos tem mostrado que, mesmo na “ignorância”, a criança assim persiste certamente por elaborar mecanismos inteligentes de defesa ou de manutenção de uma dinâmica grupal na qual se encontra inserida. Fica cada vez mais evidente que se faz necessário considerar o aspecto orgânico como importante na avaliação do problema de aprendizagem, no entanto é, também, indispensável que os aspectos cognitivos e afetivos sejam ponderados na elaboração do diagnóstico, como também no tratamento indicado. Além desses fatores, não se pode deixar de levar em conta os níveis econômicos e culturais em que o grupo familiar da criança se encontra, bem como o tipo de escola que frequenta, uma vez que, se forem bem entendidas e encaminhadas as dificuldades de aprendizagem, as crianças/alunos podem ter assegurada uma relação mais harmônica, coerente e saudável com o conhecimento.

Como é interessante perceber que emoções positivas (alegria, coragem, confiança, sucesso) e emoções negativas (tristeza, medo, raiva, agressividade, timidez excessiva, ansiedade e insegurança, irritabilidade, estresse infantil) podem aumentar ou diminuir consideravelmente a capacidade criativa e o comportamento. Cabe, portanto, ao professor e aos profissionais envolvidos propiciar um ambiente acolhedor e de compreensão para que as crianças possam desenvolver suas potencialidades.

Na construção de conhecimentos dois aspectos são indissociáveis: os cognitivos e os afetivos. Os aspectos cognitivos oferecem os meios para se aprender e os aspectos afetivos proporcionam as razões, ou seja, trazem a energia, o estímulo, a motivação. Portanto, é sobre esses últimos que pensamos ser importante estarmos atentos na efetivação de uma prática que considere a inclusão de todos os alunos.

Por isso, é incontestável que as relações afetivas desempenham um papel essencial para que a aprendizagem se processe e o ensino obtenha sucesso.

A partir de um vínculo saudável entre professor, aluno e objeto de conhecimento, novos caminhos de aprendizagem vão se ampliando onde o respeito mútuo, o estímulo e a confiança far-se-ão presentes, assim é possível atingir e apropriar-se da sabedoria.

A educação pública inclusiva com qualidade, meta esta, que permeia os projetos da escola, acontecerá pelo esforço individual e coletivo, concretizando

assim, uma gestão democrática e participativa na escola, viabilizando o aperfeiçoamento da proposta, repensando a prática e a proposta como um todo.

#### 1.4.1 A família

A vida de um indivíduo é marcada por influências distintas decorrentes dos variados contextos de desenvolvimento dos quais participa e que o influenciam ao longo de sua vida no meio o qual esteja inserido e onde se desenrolam os processos de desenvolvimento e aprendizagem. Entre eles, os que mais se destacam são a família, a escola, o trabalho e o lazer. Estudos sugerem que leve em conta três elementos: o contexto físico e social; as práticas educacionais e culturalmente convencionadas de criação dos filhos em uma sociedade específica e as características psicológicas dos pais da criança.

O espaço doméstico é o conjunto de relações sociais de produção do parentesco, entre marido e mulher, entre cada um deles com os filhos e entre outros parentes. Souza Santos assinala que esses espaços estruturais podem ser caracterizados como matriz das múltiplas dimensões de desigualdade e opressão nas sociedades capitalistas. E, portanto, também são a matriz de lutas emancipatórias, o que nos diz respeito, são o espaço simbólico onde são travadas as lutas pela inclusão social. (KELMAN, 2010)

A família sem dúvida constitui o lugar fundamental para a formação integral, onde diante dos pais e de outros que o cercam, o indivíduo precisa crescer com apoio e exemplo dos que ali estão com uma integração com a sociedade que o cerca. A aprendizagem acontece a partir da relação entre dois personagens: quem ensina e quem aprende. Essa construção de conhecimento ocorre inicialmente na família, que é o primeiro núcleo socializador do indivíduo, onde acontecem as primeiras relações e interações sociais. Esta primeira instituição social na qual o indivíduo é inserido é certamente o principal e o primeiro contexto de desenvolvimento no qual o ser humano vive. Suas experiências dentro do seio familiar o marcarão por toda a sua vida. Tomando por base o disposto na Constituição Federal, que estabelece a família como base da sociedade e impõe a esta deveres como:

[...] assegurar ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2002)

Na atualidade se configura uma profunda ruptura nos paradigmas mantenedores das instituições familiares. Se considerarmos a família como um sistema social pequeno, onde circulam as regras que são exigidas pela sociedade, é nítido que cada família possui uma cultura própria como, por exemplo, regras mais ou menos flexíveis quanto a valores, disciplina, liberdade sexual, etc. Por ser a primeira escola, é que se requer da família o equilíbrio,

pois são os primeiros educadores. Para tanto é fundamental o diálogo, a presença, entre outros requisitos indispensáveis.

Segundo estudos realizados nesta especialização a família como concebida inicialmente é um sistema social pequeno e interdependente, que envolve pelo menos quatro aspectos.: É um sistema social pequeno. É interdependente. Possui regras e valores próprios. Possui uma estrutura razoavelmente estável.

Considerando o fato de que a educação acontece desde o momento em que se nasce, e que ao mesmo tempo se ensina e se aprende com tudo e com todos pela vida afora, torna-se necessário voltar os olhares, enquanto educadores, para o interior dos lares, analisando com responsabilidade a maneira como se tem conduzido a educação primeira das crianças, principalmente, o que se tem ensinado a elas através dos atos cotidianos.

Por ser tão complexa a formação, é necessário que ao lado da família esteja a escola e a sociedade. O ideal é que estas, em regime de colaboração tracem o perfil educacional, ou seja, família, escola e sociedade ponderar concomitantemente, contribuindo na educação global do futuro cidadão.

Os pais enfrentam mais dificuldade em acompanhar adequadamente o progresso escolar de seu filho, na medida em que passam o dia fora, trabalhando. Alguns pais de estudantes de escolas particulares ou públicas pensam que, como pagam a escola com mensalidade ou com impostos, isso lhes dá o direito de considerar o professor como seu empregado.

#### 1.4.2 A escola

A escola tem sido indispensável para a plena participação na vida social. “Para Vigotsky a escola é uma importante agência social promotora do desenvolvimento e da aquisição do saber. O autor a definiu como o lugar onde os conceitos cotidianos se transformam em conceitos científicos.” (KELMAN, 2010,p.42) Portanto, cabendo a ela o acesso ao conhecimento necessário à inserção social e a participação do indivíduo para formatar sua participação na conquista do mundo.

Assim, a escola, instituição social que é uma das primeiras extensões da família, deve estar comprometida com a promoção do desenvolvimento humano e com o atendimento das necessidades da sociedade, conseqüentemente, deve estar empenhada no processo de inclusão, visando à inserção contextualizada do aluno em todas as suas dimensões no mundo moderno, de forma autônoma e participativa. Para isso as Unidades de Ensino precisam repensar a sua função institucional, considerando os aspectos éticos, políticos, culturais e científicos do mundo globalizado atual, através de ações que realmente considerem os novos paradigmas da educação.

Um tema que, mesmo recorrente continua atual, é que a escola brasileira precisa se modernizar para atender novos paradigmas mantenedores de seu papel, pois em todo o mundo estão sendo implantadas reformas educacionais para adequar o sistema de ensino às mudanças econômicas e sociais, tendo como fator primordial uma educação de qualidade. As instituições escolares estão sendo pressionadas a repensar seu papel diante das transformações

aceleradas que caracterizam o processo de integração e reestruturação capitalista mundial.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, as Leis Diretrizes e Bases 9.394 de 1996, a Constituição da República Federativa do Brasil e a Declaração de Salamanca de 1994, são alguns exemplos dos mecanismos legais que, amplamente divulgados pela mídia, contribuíram para a efetiva modificação do desígnio das Instituições de Ensino.

Esses são alguns dos eventos que contribuíram para que o estatuto do saber institucional sofresse modificações gradativas ao longo dos anos. Indiferente à vontade dos profissionais da educação, o educador informador e o aluno ouvinte estão sendo substituídos pelo professor mediador e o aluno pesquisador.

No mundo em que vivemos está configurando-se uma nova forma de sociedade onde se faz necessário encontrar uma visão ampliada do ensino aprendizagem, devido ao grande e rápido desenvolvimento da tecnologia, onde a rapidez de acesso às informações e os apelos da mídia são inerentes à vontade. No processo evolutivo da educação, a escola coloca-se não como espectador, mas como agente das mudanças. Deve rever seu papel não mais como detentor exclusivo do conhecimento e sim como promotora de criticidade das milhares de informações que circulam com uma incrível rapidez, formando assim o cidadão com plena participação na sociedade. Espera-se então, que a escola desenvolva a habilidades e competências para selecionar e compreender a enorme quantidade de informações que se recebe. Que ofereça subsídios para formar cidadãos capazes de analisar, refletir e transformar o conhecimento institucional em benefício de si próprio ou de outrem.

Com resultado das modificações no agir e no pensar da sociedade, existe na contemporaneidade um movimento rumo ao desenvolvimento da compreensão, da autoridade, da integração da humanidade, da responsabilidade social e planetária, que traduz também o reconhecimento do próprio espírito humano.

Fundamentando-se nas políticas educacionais, a Reorientação Curricular proposta pela Secretaria Estadual do estado de Goiás, afirma que a escola é o ponto de encontro dos discentes com o instituído e reconhecido socialmente, o que permite que crianças e jovens possam ter acesso à contemporaneidade, usufruindo um ciclo de formação em comum. Esse encontro oportuniza um período de convívio e de humanização que deve afirmar e valorizar as diferenças culturais e a diversidade humana, constituindo as bases para forjar a sensibilidade, a compreensão e o respeito mútuo entre os diferentes grupos sociais de uma mesma nação.

Ainda de acordo com o citado documento, também é tarefa da escola oferecer acesso ao conhecimento que auxilie o estudante a compreender o



mundo e as práticas sociais, bem como colaborar na construção da sua identidade enquanto pessoa e cidadão.<sup>2</sup>

Compreender para onde se encaminha a escola é um processo de transformação contínua. Educar para a cidadania, como pressupõe as diretrizes educacionais estabelecidas no Brasil, requer o desenvolvimento da inteligência, de valores e atitudes incompatíveis com a discriminação seja ela qual for.

Creio na escola que transforma vidas! Por isso deve abrir espaços que incentivem as crianças a conviver, a respeitar a diversidade...

Segundo Paulo Freire, ensinar exige comprometimento... É ter compromisso com o posicionamento político e pedagógico da escola. É saber que não é possível exercer a atividade do magistério como se nada ocorresse. Educar também é pensar politicamente, afinal o espaço pedagógico é um contexto para ser constantemente "lido", "escrito" e "reescrito".

Para que este trabalho seja viável, se deve, antes de começar a caminhada, saber de onde se partirá, diagnosticando qual é a situação atual, pois estes questionamentos levarão às importantes reflexões e avaliações. Para eliminar a cultura de exclusão e efetivar os propósitos e as ações referentes à educação de alunos com necessidades educacionais especiais, torna-se necessário ao professor, utilizar uma linguagem consensual com base nos novos paradigmas, tendo domínio e propriedade sobre o que fala. Para tanto é preciso ter claro as considerações:

#### 1.5 A perspectiva inclusiva na Educação

Educação é o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social (Aurélio).

Porém, mais do que seu significado é relevante saber do seu sentido, da sua utilidade. Para além do Quê e do Por que, questiona-se o “Para quê educar” e “Como educar”, ou seja, educação não é um conceito ideal e imutável. O que se entendia ontem sobre educação, hoje ou amanhã tornar-se-á obsoleto. Em se tratando de educação especial, por exemplo, outrora a fala era a integração; hoje a fala é de autonomia, autogestão, ponderamento, enfim: inclusão.

Inclusão é o ato ou efeito de incluir, isto é, de compreender (entender alguém, aceitá-lo como é), abranger (conter em si, mas também, apreender, perceber, entender, alcançar, atingir); em estudos da linguagem, inclusivo se diz da primeira pessoa do plural, que inclui o falante e o ouvinte. (no nosso caso, professores e alunos).

Segundo Ferreira (1955), inclusão diz respeito ao ato ou efeito de incluir (antônimo de exclusão). Incluir, para esse mesmo autor significa compreender, abranger ou inserir. Em Educação Especial, Psicologia Educacional e Escolar o termo Inclusão o tem sido empregado com esse mesmo significado, tendo por

---

<sup>2</sup> Esta argumentação é pautada no Reordenamento Curricular. Documento proposto e elaborado e pela Secretaria estadual de Educação do estado de Goiás.

fundamento os princípios da inclusão e participação, reafirmados na Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em Salamanca, entre os dias sete e dez de junho de 1994, que resultou da Declaração de Salamanca.

Em entrevista à Revista Nova Escola, Maria Teresa Eglér Mantoan (2005), define inclusão:

É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos já inclusão é estar com, é interagir com o outro.

Para tal definição, a autora ainda completa: “Temos direito de ser iguais quando a diferença não inferioriza e direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”.

Inclusão trata de como nós lidamos com a diversidade, com a diferença de uma maneira positiva (provocando bons afetos). É assumir que não somos todos iguais e tratamos a diversidade e a diferença com gratidão e respeito.

Um diferencial que vêm sendo promovido nos movimentos educacionais da Educação Especial é o fato de modificar o papel da escola que na integração, o aluno é que tinha que se preparar para a escola que só estava ali para socializar. Na realidade vemos que a escola que deve se adequar ao aluno.

Basicamente a diferença é simples: na inclusão é a escola que abre os braços para acolher todos os alunos; na integração é o aluno que tem de se adaptar às exigências da escola. Na primeira, o fracasso escolar é de responsabilidade da escola, ou melhor, de todos (autoridades, professores, pais, alunos); na segunda, o fracasso é do aluno que não teve competência para se adaptar às regras inflexíveis da escola, que presta mais atenção aos impedimentos do que aos potenciais das crianças. A inclusão é estar com o outro; a integração é estar junto ao outro (que não necessariamente significa compartilhar nem aceitar estamos junto dele, mas não estamos com ele).

Mas, a integração é ainda mais cruel, pois, nem todos os alunos com “deficiência” têm a chance de entrarem numa turma de ensino regular, já que a escola faz uma seleção prévia dos candidatos que estariam, ou não, aptos (segundo critérios da própria escola, que nem sempre são claros, pelo menos para o candidato). Mesmo assim, no melhor dos casos, a integração escolar acaba sendo o deslocamento da educação especial para dentro da escola regular; muitas vezes, criando “turmas especiais” para atenderem os “alunos especiais”, e permanecendo as “turmas normais” para “alunos normais”. Ou seja, a discriminação e preconceito continuam desta vez, dentro da própria escola.

Já a inclusão é incompatível com a integração, visto que, ela defende os direitos de todos, sem exceção, a freqüentarem as salas de aula de ensino regular. Não se trata apenas de todos freqüentarem a mesma escola, e sim, de freqüentarem as mesmas salas de aula. Todos os alunos juntos, independente das suas necessidades ou particularidades (já que, a rigor, todos têm nossas necessidades, que constituem nossas particularidades). Então, a escola inclusiva é aquela que tem salas de aulas inclusivas, e mais, bibliotecas inclusivas, banheiros inclusivos, acessos inclusivos, projeto pedagógico inclusivo, e, principalmente, alunos e professores inclusivos.

É pertinente enfatizar que todos são especiais e que todos, por natureza, temos nossas necessidades, a educação especial é para todos. Isto é, deve ser chamada apenas de educação, não havendo a necessidade de outra educação. Postula aqui a filosofia da política inclusa, onde aluno é da escola, não da educação especial.

Assim, para ajustamento da pessoa com deficiência, para sua participação no processo educativo pode, e segundo a legislação atual “deve” ser desenvolvido nas escolas comuns. É cabível retomar fragmentos Declaração de Salamanca:

Os encaminhamentos de crianças a escolas especiais ou a classes especiais ou a sessões especiais dentro da escola em caráter permanente devem constituir exceções, recomendadas somente naqueles casos em que fique claramente evidenciado que a educação em classe regular não possa atender às necessidades educacionais ou sociais da criança ou do jovem ou ainda quando estiver em jogo o bem-estar da criança ou de outras crianças (p. 6).

A passagem dos indivíduos pela escola não pode ser omissa, pois desvela aos alunos sua capacidade de analisar, de comparar, de avaliar, de decidir, de optar, de romper. É revelada ao discente sua capacidade de fazer justiça e de não falhar à verdade.

A inclusão postula uma reestruturação do sistema educacional, ou seja, uma mudança estrutural no ensino regular, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusiva, um espaço democrático. São necessárias ainda, muitas adequações para que o espaço regular de conhecimento institucional se torne democrático e competente para alcançar os objetivos da “Educação para Todos”, sem discriminação de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada.

Torna-se relevante considerar a diversidade do sujeito enquanto expressão concreta da subjetividade, lembrando que o homem se faz sujeito na relação tensional entre mundo interno e externo, durante o processo de subjetivação que se estende ao longo da vida e, ser sujeito implica ter diferenças. Somente o outro, representante de um sistema de valores diferentes, pode gerar a necessidade em outrem de se tornar igual ou diferente, tornando imprescindível para o desenvolvimento a interação com pares.

O direito à educação não significa somente acesso a ela, como também, que essa seja de qualidade e garanta que os alunos aprendam. O direito à educação é também o direito a aprender e a desenvolver-se plenamente como pessoa. Para que isso seja possível é fundamental assegurar a igualdade de oportunidades, proporcionando a cada um, o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais. Finalmente, o direito à própria identidade significa assegurar a individualidade de cada sujeito na sociedade, respeitando a cada pessoa pelo que é, e reconhecendo sua liberdade e autonomia. A escola não somente é um espaço fundamental para a transmissão da cultura e a socialização, como também para a construção da identidade pessoal. (MEC,2001)

Ainda hoje, após a Lei de Salamanca datada de 1994, e a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1996, depois de quase duas décadas de legalização e exigência da criança especial na escola regular, ainda são muitos os entraves arquitetônicos e de recursos humanos. Porém os dados também são inegáveis. As escolas estão recebendo um número significativo de alunos com necessidades especiais, tornando imprescindível tomada de decisões que incluam efetivamente estas pessoas.

A escola é parte integrante do social. Exerce a função recíproca da socialização dos conhecimentos historicamente produzidos.

## **II – OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

- Analisar qual a real importância de um laço afetivo entre família e escola para a efetivação de uma prática inclusiva.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Verificar a participação e a importância da família na vida escolar.
- Conhecer autores que possam subsidiar uma prática comprometida com a construção de uma aprendizagem significativa que possibilite a aproximação entre a escola e a família.
- Compreender a importância da interação entre Escola/Alunos/Pais, para a conscientização da problemática sobre a inclusão escolar dos alunos com necessidades educacionais especiais.
- Pesquisar bibliograficamente a importância da afetividade na educação, numa perspectiva inclusiva e comprometida com o laço entre a família e a escola.

### III- METODOLOGIA

A palavra metodologia é formada por “metodo”, que por sua vez é derivada do grego, significa caminho e “logia” que significa estudo. Dessa forma, metodologia expressa o estudo dos caminhos a serem seguidos para se fazer ciência.

Sendo assim, o método utilizado na elaboração desta monografia foi o de compilação ou o bibliográfico, que consiste na exposição do pensamento de vários autores que escrevem sobre o tema escolhido. Foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, utilizando-se como apoio e base contribuições de diversos autores sobre o assunto em questão por meio de consulta a livros periódicos, aliados aos estudos realizados nesta especialização.

O trabalho se fez por meio de entrevistas e de observações diárias do meu cotidiano escolar, pois atuo na rede regular como coordenadora e na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos onde existem muitos alunos com necessidades educacionais especiais e onde posso acompanhar de perto a ação dos professores. Assim considero minha permanência extensiva em campo, para as entrevistas através de questionário para professores e familiares cujas questões constam em anexo.

Na escola, as observações foram realizadas a partir de minha permanência na unidade escolar, acompanhando sistematicamente seu cotidiano em todos os tipos de atividades, tanto dentro quanto fora da sala de aula, bem como participando de atividades específicas como reuniões de planejamentos de coordenadores e professores, atendimento de alunos e de pais, reuniões de comissões de classe, de conselho de escola e de reuniões de pais, e outros contextos do cotidiano da escola campo.

Buscou-se pesquisar o maior número possível de obras publicadas sobre o assunto, com fim de se organizar as várias opiniões, antepondo-as logicamente quando se apresentarem antagônicas, com vistas a harmonizar os pontos de vista existentes na mesma direção.

Esta monografia propõe a pesquisa dentro das escolas na qual atuo, observando as contribuições da afetividade no processo ensino-aprendizagem, com enfoque na importância da participação da família na escola.

#### 3.1 CONTEXTO

A escola escolhida e que se dispôs a participar desta pesquisa, caracteriza-se por ser uma Unidade Escolar da rede pública municipal de Anápolis, Goiás. Regida e subordinada ao CME (Conselho Municipal de Educação) e a SEMED (Secretaria Municipal de Educação). Seu reconhecimento oficial se deu pela Portaria da SEC nº. 1435/97 Conselho Municipal de Educação de Anápolis, sob resolução nº. 010 de 11 de agosto de 2004. Renovada pela resolução CME nº 092/2008, foi autorizada a ministrar a

Educação de Jovens e Adultos 1ª Etapa (1º ao 4º semestre), e a partir de 2009 recebeu autorização para oferecer também a 2ª Etapa (1º ao 6º semestre).

A mesma foi fundada no ano de 1965 e tinha somente seis dependências sendo quatro salas de aula, uma cantina e uma secretaria. Além da comunidade local, a escola atende ainda alunos oriundos da zona rural e vilas mais distantes.

Atualmente o quadro de funcionário perfaz um total de quarenta e duas pessoas. O espaço físico da Instituição compreende nove salas de aulas, um laboratório de informática e uma sala de recursos, atendendo mais de seiscentos alunos. Destes seiscentos alunos, aproximadamente cinco por cento possuem necessidade educacional especial, distribuídos nas vinte e cinco turmas distribuídas nos turnos: matutino, vespertino e noturno.

### 3.2 PARTICIPANTES

Alunos da educação inclusiva da Escola Municipal de Ensino Fundamental;

Professores da rede pública municipal de Anápolis-Goiás;

Pais e/ou responsáveis por alunos com necessidades educacionais especiais, matriculados na escola acompanhada.

### 3.3 MATERIAIS

A pesquisa contou com recursos humanos e materiais. Foi utilizado: papel chamex; computador; Internet; retroprojetor, como recursos materiais. Para entrevistas com pais e professores foi incluída a utilização da sala de recursos multifuncionais.

### 3.4 INSTRUMENTOS

Projeto Político Pedagógico;

Regimento Escolar;

Entrevista com professores;

Entrevista com pais e/ou responsáveis;

### 3.5 PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS

A partir da problematização central desta monografia: “*qual a real importância de um laço entre família e escola para a efetivação de uma prática inclusiva*”, iniciou-se a investigação para a análise e coleta de dados na escola campo com averiguação dos documentos como Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar para certificar se os mesmos abrangem a educação

inclusiva. Esclarecido a postura da escola diante da educação inclusiva foi necessário observar como se dava a prática na escola acompanhando mais de perto a história de vida dos alunos com necessidades educacionais especiais. Há na escola alunos com deficiências intelectuais e deficiência física, sendo alguns atendidos no AEE (Atendimento Educacional Especializado), na APAE de Anápolis – Goiás.

De posse destas informações, foi necessário inteirar-me da visão dos professores e responsáveis para compreender em que medida as relações escola, família e afetividade estão interligadas e como são aplicadas no cotidiano escolar. Estes dados foram obtidos a partir de entrevistas semi-estruturada dentro da escola, com os profissionais envolvidos, com as famílias e em grupos de estudos virtuais. Neste último grupo as entrevistas foram realizadas via internet.



## IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4 ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA EM ESCOLAS DE ANÁPOLIS-GOIÁS.

#### 4.1 Entrevista com professores e família

Na questão um, quando questionados sobre o trabalho pedagógico nos âmbitos da inclusão, os professores se mostram insatisfeitos com sua prática e com a escola:

Professor 1 – “[...] Porém, a inclusão escolar implica principalmente na preparação integrada, onde muitos professores estão tendo pela primeira vez o contato de alunos especiais, apesar das promoções de cursos pelos órgãos governamentais, não existe o trabalho de prática/contato. Assim como, faltam na escola os materiais acessíveis e conhecimento do uso de materiais de apoio; acessibilidade escolar não é somente construir uma rampa ou ter um banheiro com barras laterais na parede. Logo, a inclusão transparece uma verdadeira maquiagem...”

Professor 2 – “Tentamos na escola realizar um trabalho que configure a inclusão propriamente dita (social e cultural), mas não estamos preparados para isso. Há uma boa interação social (com os outros alunos e funcionários), mas nem sempre ocorre um desenvolvimento da aprendizagem, pois não há respeito à lei (salas com inclusão devem ter um auxiliar e no máximo 25 alunos) e as salas de aula são numerosas (35 a 40 alunos) o que prejudica o atendimento correto ao aluno (atenção e mediação na hora de realizar as atividades)

Professor 3 - Por algumas vezes, as colocações de alguns professores é até chocante, pois, não condiz com a realidade atual da educação inclusiva, na perspectiva da educação para todos: como trabalhar com alunos com diversas deficiências se não somos formadas? Nem especializadas com crianças com tal deficiência? Não temos apoio pedagógico e muito menos estagiários para poder dar um auxílio isto é dar atenção maior ao aluno, pois tu com 35 alunos como irá dar um atenção maior com uma sala cheia sem sabe por onde começar? Digo isso porque estou com uma aluna desde o ano passado que possui deficiência mental. Um que tenho minhas suspeitas e outro que ganhei agora sendo autista! Cadê os direitos dessas crianças? Pois não tenho formação p tal missão e nem auxiliar p que possa auxiliar; sei que é bem difícil de trabalhar onde a Legislação garante a essas crianças em nossa sala. Mas e nós como ficamos? Sem sabermos como trabalhar com elas? Desculpe-me por fazer esse desabafo, mas estou cansada de pedir auxílio e só encontro portas fechadas p minhas dificuldades, mas vou tentando no achismo e procurando e pesquisando a minha maneira p poder dar uma aula um pouco mais digna a eles.

Professor 4 - “Quando nós professores ficamos "parados" no tempo, em nossas salas de aula como sempre fazíamos, para ministrar as mesmas aulas, percebemos uma realidade que pode no mínimo surpreender e até chocar. Então se depende do governo oferecer verdadeiramente todas as condições

para a inclusão, depende de nós professores exigirmos e colocarmos em prática a aprendizagem vivenciada numa atualização para conseguir reconhecer e lidar com as necessidades especiais de aprendizagem que podem acompanhar uma aula de Química por exemplo, minha área inicial de formação e concurso.

Ainda se percebe na fala de alguns profissionais a questão do “preparo” e da falta de condições para a educação inclusiva. Não podemos negar o instituído. Na caminhada em busca da educação inclusiva com qualidade, temos muitas barreiras a transpor, porém como foi abordado neste trabalho, não há um caminho único a se percorrer na educação de modo geral. Entraves, desafios, novas formas de ensinar e de aprender, heterogeneidade, diversidade e diferentes estilos de aprendizagem sempre estarão presentes no cotidiano escolar. Não podemos nos acomodar, pois a educação estará sempre a nos estimular a avançar.

Em contrapartida, temos a família que também considera a prática pedagógica insuficiente, não abarcando as necessidades educacionais de suas crianças. Isto pode ser observado na opinião dos familiares ao serem questionados sobre as atividades cotidianas da sala de aula, sobre flexibilizações curriculares e avaliação:

Família 1 – “Mais ou menos. Tenho sempre que meter o bedelho, mandar material, frequentar a classe de vez em quando, etc”

Família 2 - “Não. Tive que mudar minha filha de escola porque onde ela estava matriculada, não fizeram nada por ela...”

Família 3 e 4 – Disseram que sim, mas que não tem havido aprendizagem satisfatória.

Já na questão número dois, configurou-se um consenso entre os entrevistados sobre o espaço que é outorgado à família na escola, porém, pode-se conferir que a escola ainda não conta com o apoio da maioria das famílias

Professor 1 – “Um a cada dez pais estão dispostos a se dedicar ao aprendizado dos filhos, e acredito que a família deve se dedicar ao filho educando-o verdadeiramente em casa.”

Professor 2 – “Existe sim, porém, na maioria das vezes é negligenciado pela família.”

Professor 3 e 4 – Disseram que acreditam sim que há um espaço para a família na escola, mas infelizmente os problemas sociais interfere quando os pais por falta de tempo, deixa de acompanhar os filhos no dia-a-dia da escola.

Quanto as famílias todas foram unânimes em reconhecer que tem seu espaço na escola, mas na maioria das vezes não sabem como ajudar seus filhos para avançar nos estudos.

A questão de número três todos os professores responderam que a maioria das famílias não faz o dever de casa, que dificilmente atendem a uma

convocação da escola a não ser quando os filhos brigam na escola e machucam-se, aí sim eles vem até mesmo sem serem convocados.

Entre os entrevistados, apenas uma família se mostrou consciente de sua participação efetiva: “Cobrando antecipação de conteúdo, não faltando às reuniões, fazendo questão de participar de todas as atividades extra curriculares e com a família. Isto porque penso que o acompanhamento das reuniões bimestrais e dos resultados em testes internos, externos, programados ou não, não são os únicos a dar algum indicador da qualidade de ensino inclusivo que esteja sendo pretendido.”

Quanto à questão número quatro, houve unanimidade na indagação sobre a importância de um laço entre família e escola, para efetivação de uma aprendizagem de qualidade. Há que se considerar a mobilização da escola para envolver a família em seu cotidiano, pois quando perguntados sobre o acompanhamento dos pais, estes se mostraram perdidos, sem saber o que responder. Creio então que cabe à escola esclarecer aos responsáveis o seu papel dentro da educação inclusiva e como podem colaborar.

O mundo tem muitos horizontes. Em se tratando da humanização e aprimoramento cognitivo estes horizontes são infinitos. Há uma multiplicidade de caminhos a percorrer, pois este deve ter objetivos e métodos precisos de acordo com o que se deseja alcançar.

Há analogia entre alguns autores que consideram o questionamento, a dúvida e a crítica de fundamental importância para desencadear o processo de melhoria das habilidades e competências cognitivas.

Ciência é dúvida, então, o professor deve duvidar perturbar as coisas estabelecidas, propondo e verificando alternativas através da reflexão para dar suas contribuições nas áreas com conhecimento, inclusive na educação inclusiva.

Foram com base nessas considerações que se iniciou a investigação que deu origem ao projeto relações Família-Escola-Inclusão, analisando ainda as atribuições de afetividade no processo ensino-aprendizagem.

O trabalho se fez por meio de entrevistas e de observações, com permanência extensiva em campo. Para as entrevistas, do tipo semi-aberto, utilizando um roteiro semi-estruturado, tendo o cuidado de empregá-lo de forma bastante flexível, supondo uma postura do entrevistador, de modo a favorecer ao entrevistado discorrer de forma ampla e sem constrangimentos a respeito dos temas sugeridos.

Além disso, pretendeu-se que as entrevistas e observações não se restringissem ao seu aspecto passivo, mas, além de ocasiões em que o pesquisador se comporta muito mais como ouvinte e observador.

Dentro desta perspectiva, procurou-se nas entrevistas, algum questionamento às informações e opiniões expressas pelos entrevistados.

Pautando-se em casos específicos de observação e análise de alunos com necessidades especiais em escola pública (E.M.B.E), após aplicação de entrevistas com famílias, professores e coordenadores da rede pública

municipal de Anápolis, conclui que se ainda há muito que trabalhar, pensar e agir dentro da educação inclusiva, pois ainda é insuficiente a participação da família em relação ao acompanhamento dos alunos. Existem na internet vários blogs, grupos de estudos e de pais de alunos com necessidades educacionais que buscam neste meio de comunicação, trocar experiências para enriquecer e efetivar o desenvolvimento e a aprendizagem destes. Em contato virtual com estes blogs e grupos, um pai que colocou de forma brilhante este grande impasse: família – escola- inclusão. Com as devidas autorizações para divulgação, segue sua reflexão, pois a mesma é muito significativa para todos envolvidos citados acima:

Família 5 - “Tem horas que a pergunta é tão repetitiva que parece brincadeira de mau gosto. Todo mundo quer uma solução mágica, a resposta de uma única pergunta que resolveria todos os problemas do mundo.

O que todos querem saber qual é o maior empecilho para que a educação seja, de fato, inclusiva. Quando uso essa expressão estou sempre pensando na educação de todos. Educação das pessoas com deficiência não tem nada de inclusivo. Inclusão, ou é para todo mundo, ou não é.

Essa tentativa de simplificação não leva a lugar nenhum. Educação é algo muito mais complexo que a solução de uma charada.

Não adianta dizer que a boa formação de professores seria o suficiente para que a educação fosse boa. Infraestrutura física das escolas ajuda muito, mas também não resolve nada de forma isolada (conheço péssimas escolas em edifícios maravilhosos).

Pedagogia genial não funciona com professores medíocres. Projeto pedagógico exemplar não resolve as questões sociológicas. Poderia escrever a noite inteira sobre todas as questões que envolvem a construção de um sistema educacional de qualidade e, certamente, não esgotaria o assunto. Currículo? Metodologia? Avaliação?

Mas eu acredito ter descoberto a resposta para a famosa pergunta. O maior problema da educação é a busca incessante da receita de bolo que não falhe nunca. O bolo que atenda a todos os gostos sirva para educar todas as crianças de forma homogênea e que, principalmente, não demande nem das famílias, nem dos alunos, nem dos professores, algum trabalho. Que não obrigue as pessoas a pensar. Daqueles bolos de pacote de supermercado que é só adicionar leite e bater no liquidificador (se bem que, mesmo esses, muitas vezes dão errado também).

Educação se faz com seres humanos. Alunos, famílias e professores. Quando esse negócio chamado "ser humano" entra no processo, o bolo desanda. Cada um deles é diferente de todos os outros. Cada um assa numa temperatura diferente, cada um dá ponto num momento diferente. (ANDIRON, 2011)

O meu desejo é que este trabalho contribua para a melhoria da prática pedagógica e para o sucesso da educação inclusiva minimizando assim a distancia entre o real o ideal no ensino aprendizagem.

## 4.2 OS DESAFIOS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA

Chamou a atenção o fato da visão estratégica da escola postular o objetivo de ser um órgão público inovador, sempre proporcionando questionamento conscientizador de suas ações e sobre as relações escola-família-comunidade, procurando realizar um trabalho participativo, criativo, buscando transformações na realidade da comunidade escolar, com intuito de assegurar um ensino de qualidade, na tentativa de diminuir a evasão.

Foi constatado que a proposta pedagógica da Unidade de ensino prevê a educação inclusiva, com objetivos claros no que tange à educação para todos e alterações curriculares com uma linha pré estabelecida que prevê a utilização da sala de recursos multifuncionais junto ao professor de recurso com atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais no contra turno.

Segundo o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar, a Unidade Escolar assume a dimensão antropológica do aluno que vincula o acadêmico, o artístico, o educacional e o espontâneo, incentivando a produção e o acesso aos bens culturais, a formação artística, o respeito ao patrimônio e a memória da nação.

Na análise dos documentos acima citados, ainda é relevante ressaltar que a proposta pedagógica da escola, embasa práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas, pois, remetem à reflexão sobre o ensino e suas formas de organização curricular.

O convívio diário e direto com as atividades pedagógicas em sala de aula, subsídios trazidos pela observação da prática enquanto coordenadora pedagógica, tendo acesso a metodologia aplicada por todos professores da escola, possibilitou uma visão mais ampliada dos sucessos e entraves encontrados pelos professores nesta modalidade.

Considero pertinente ressaltar que a proposta pedagógica da Escola Municipal Betesda Esperança, respalda e ampara as ações previstas na educação inclusiva, pois o certifica em sua missão: ensino de qualidade, que harmonize o acesso e a permanência dos alunos, proporcionando uma vivência baseada nos valores sociais como verdade, sensibilidade, autonomia, competência e socialização, o que a meu ver pressupõe práticas pedagógicas voltadas para a necessidade e realidade discente.

A busca pela “qualidade em educação” é um desafio não só da educação inclusiva, mas de todas as modalidades de ensino do país.

A política da inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais, não requer somente a permanência desses alunos na Unidade Escolar, mas também o desenvolvimento do potencial dessas pessoas respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

Um desafio a ser enfrentado, portanto, é a unificação ou ainda um alinhamento dos contextos normatizadores da Educação Especial com o sistema da Educação em geral. Dessa forma, a articulação de

sistemas, tal como na proposta em discussão da Conferência Nacional de Educação. (KELMAN, 2010)

Segundo a Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação e Cultura, o grande desafio hoje, além de garantir o acesso e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola, é garantir o desenvolvimento destes indivíduos já que legalmente, ou seja, incontestavelmente, os sistemas escolares deverão assegurar a matrícula de todo e qualquer aluno, organizando-se para o atendimento destes alunos nas classes comuns.

Tornar realidade a educação inclusiva, por sua vez, não se efetuará por decreto, sem que se avaliem as reais condições que possibilitem a inclusão planejada, gradativa e contínua de alunos com necessidades educacionais especiais nos sistemas de ensino.

A perspectiva da educação para todos constitui um grande desafio, quando a realidade aponta para uma numerosa parcela de excluídos do sistema educacional, sem possibilidade de acesso a escolarização, apesar dos esforços empreendidos para a universalização do ensino.

Em consonância com estudos realizados nesta especialização, concordo plenamente que ser educador é uma profissão admirável e que nossa visão deve ser que o sujeito é construtor de sua história, tenha ele ou não uma necessidade especial.

Dentro desta proposta, na busca constante para aprimoramento da prática pedagógica, torna-se primordial para o professor o conhecimento da vivência, das potencialidades de seu aluno, desviando o foco da insuficiência para as potencialidades do mesmo. Entrando aqui como aporte a resiliência, que representa a capacidade de um sistema de superar o distúrbio imposto por um fenômeno externo inalterado. Resiliência surgiu na Física e significa "a capacidade humana de superar tudo", tirando proveito dos sofrimentos, inerentes às dificuldades. É trabalhada em todas as áreas como: saúde, finanças, indústria, sociologia, e psicologia. Embora seja um termo recente entre nós, já é trabalhado há anos na América do Norte. Este termo tem sido frequente entre empresários, como uma capacidade nossa (humana) de ultrapassar as dificuldades que a vida nos dá. por pior que seja a situação em que se encontre. Segundo Grapeia, a resiliência é a arte de transformar toda energia de um problema em uma solução criativa. (GRAPEIA, 2004)

Assim, para a resiliência é uma das práticas pertinentes à educação inclusiva, aliados ao empoderamento:

[...] em uma perspectiva empresarial, o conceito de empoderamento expande-se no sentido de delegar autoridade a funcionários de níveis hierárquicos mais baixos, permitindo que possam participar do processo decisório. Pensar, comportar-se, agir e controlar ações que se refiram ao seu próprio destino dentro da empresa são manifestações de empoderamento. (KELMAN, 2010)

Estes esclarecimentos dos significados de resiliência e empoderamento se fazem necessários para a melhor compreensão de ações norteadoras da inclusão que mostram a necessidade de se desviar o foco da deficiência de

modo que: onde se quer pena, se troca por respeito; onde se quer analfabetos deficientes, se troca por sujeitos que por acaso têm uma deficiência, mas que não os impede de serem letrados e atuantes. O sistema é o sujeito em questão, que tem uma deficiência ou outra necessidade especial e que, ainda assim é capaz de, por meio da resiliência, superar as difíceis situações de exclusão.

Reinventar a escola é uma tarefa de todos, de quem a institui e a demanda - a sociedade; e de quem tem o mandato de constituí-la – os educadores. Os princípios de uma política da igualdade e de uma ética da identidade, como estabelecem as diretrizes curriculares são basilares para a reconstrução da educação no nosso país, como o são para todo o mundo hoje.

Demanda aqui dois grandes desafios para o próximo milênio: oferecer oportunidades para todos de avançar além da educação obrigatória e conceber um desenho para o ensino que garanta a todos as condições básicas para inserção no mundo do trabalho, a plena atuação na vida cidadã e os meios para continuar aprendendo.

Analisando desta forma, pode-se considerar a prática pedagógica como prática social, orientada por finalidades, objetivos e conhecimentos inseridos no contexto dessa prática. Tem um todo ideal, teórico e um lado real, material, propriamente prático, objetivo. Portanto a prática pedagógica é teórico-prática e, nesse sentido, ela deve ser reflexiva, crítica, criativa e transformadora.

É preciso ter alegria e prazer no trabalho, no cotidiano; é preciso ser sensível à diferença. A prática da igualdade no acesso aos bens sociais e culturais; o reconhecimento e o exercício dos direitos humanos e dos deveres e direitos da cidadania; o respeito ao bem comum; o protagonismo e a responsabilidade no âmbito público e privado; o reconhecimento, respeito e acolhimento da identidade do outro; a solidariedade, a responsabilidade e a reciprocidade como orientadoras dos atos da vida, devem ser princípios que informem todo o ato de ensinar e de aprender.

Não se ambiciona aqui alçar a existência de um caminho inflexível ou tomar como verdade absoluta uma única metodologia ou conjunto de procedimentos. Não creio na existência de uma receita pronta. A melhor metodologia é aquela que alcança o educando em suas especificidades...

Não existe um conhecimento pronto e acabado sobre um mundo real e estruturado, que pode ser aprendido através da metodologia aplicada por um professor. O que temos são mundos e realidades diferentes que estão nas mentes dos indivíduos que os interpretam conforme suas informações e experiências ( ANDALÓ, 1997, p 105)

A educação é feita por pessoas e estas, os profissionais da educação, precisam ser ajudados em seu cotidiano com informações atualizadas e troca de experiências com intenção de melhorar, sempre, a prática pedagógica em sala de aula.

Apesar de inúmeras mudanças que ocorreram no mundo, na sociedade e na vida. Chegando à era da informação, nota-se que a escola continua a ter um

papel crucial na busca de um projeto de qualidade que atenda aos pressupostos da dignidade e do respeito pelas pessoas.

De acordo com alguns vários artigos da Escola de Pais do Brasil, muitos estão em dúvidas quanto ao seu papel, ou demonstram não querer assumir a sua grande missão – educação.

Embasada em casos específicos de observação e análise da prática pedagógica das redes municipal e estadual, pautada ainda na pesquisa de campo realizada, há indícios de práticas estáticas que não abarcam a flexibilidade que pressupõe a inclusão. Este é o grande litígio: conseguir levar para as salas de aula, práticas pertinentes, diferenciadas, que incluam rodas de conversa, dinâmicas, expressão corporal, música e muita motivação do professor.

As atividades propostas devem partir do cotidiano do aluno e as situações problematizadoras de aprendizagem devem ser gradativas e em consonância com o nível dos alunos. Jamais se deve desconsiderar o saber informal que os alunos trazem consigo.

A construção de uma prática pedagógica adequada e uma democracia de fato, implica que a escola realmente se volte para o protagonismo de todos seus atores e para a sua identidade.

Pensamos que seja impossível “transferir conhecimentos”, pois os alunos trazem conhecimentos prévios, saberes populares que vão interagir com os conhecimentos escolares ensinados pelos professores. Dessa interação, pensamos que, é que irá emergir uma aprendizagem significativa. É primordial que os professores internalizem que o papel fundamental do professor é ser mediador, é dar a chance de o aluno demonstrar sua competência e ousadia, em relacionar seus conhecimentos com o saber institucional. Deve-se atentar também para a especificidade da educação inclusiva. Os alunos apresentam características próprias, necessitando de metodologias e de material didático apropriados, como ainda que o sistema educativo esteja fundamentado em princípios filosóficos, antropológicos, psicológicos, sociológicos adequados ao processo de ensino e à aprendizagem deste aluno.

Pensando sempre a prática educativa e na sua melhoria, os professores devem estar atentos as mudanças que se fazem necessárias diante da diversidade com a qual se deparamos no cotidiano.

Não existe um método ideal. Compete à escola, dentro de suas características do seu meio escolher resultados no processo de ensino aprendizagem.

Os procedimentos de ensinamentos gerais são denominados pelas ações e pelos processos que atuam sobre a pessoa que aprende orientando e controlando as condições favoráveis à aprendizagem.

No âmbito pedagógico, todos os alunos, em determinado momento de sua vida escolar, podem apresentar necessidades educacionais, e seus professores, em geral, conhecem diferentes estratégias para dar respostas a elas. No entanto, existem necessidades educacionais que requerem, da escola,



uma série de recursos e apoios de caráter mais especializado, que proporcionem ao aluno meio para acesso ao currículo. Essas são as chamadas necessidades educacionais especiais, e para entendê-las há que se abarcar um conceito amplo. Sem ambicionar ser redundante, cabe novamente aqui o foco na resiliência destes alunos: em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatizar o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem; em vez de procurar, no aluno, a origem de tal problema, define-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola deve proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escolar; por fim, em vez de pressupor que o aluno deva ajustar-se a padrões de "normalidade" para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos.

Outro procedimento pertinente à ação pedagógica da escola convergente com a filosofia da inclusão são as alterações curriculares que consistem em modificações dos objetivos, conteúdos, metodologias, critérios e procedimentos de avaliação para possibilitar a participação dos alunos com necessidades especiais nas atividades do contexto escolar, sobretudo na interação pedagógica entre o professor (a) o aluno (a), para responder as necessidades de cada educando, e assim favorecer as condições que lhe são necessárias para que se efetive a aprendizagem.

(...) nem todos os alunos se apresentam com a mesma bagagem de e da mesma forma, no que se refere às aprendizagens já por eles efetivadas. Todos os alunos têm capacidades, interesses, ritmos, motivação e experiências diferentes que mediatizam seu processo de aprendizagem fazendo que seja único e diferente, em cada caso. O conceito de diversidade nos remete ao fato de que todos os alunos têm necessidades próprias e específicas, para poder aproveitar das experiências de aprendizagem necessárias para sua socialização, cuja satisfação requer uma atenção pedagógica individualizada. (GUIJARRO, 1979)

A formação dos professores para o ensino na diversidade, bem como para o desenvolvimento de trabalho de equipe são essenciais para a efetivação da inclusão.

Estudos e pesquisas sobre inovações na prática pedagógica e desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias ao processo educativo, por exemplo, são de grande relevância para o avanço das práticas inclusivas assim como atividades de extensão junto às comunidades escolares.

Embora exista a consciência de que temos uma escola que está longe de ser considerada Inclusiva, na totalidade que se pressupõe, tomando como exemplos as salas de aula superlotadas e os professores que na sua maioria não contém formação para trabalhar com pessoas com necessidades especiais, é notório que o psicopedagogo é um profissional que pode contribuir com ações para que o processo de inclusão do aluno com deficiência na escola regular se efetue.

Para o sucesso do aluno na escola se faz necessário a fusão da afetividade do professor em relação ao seu trabalho para olhar seus alunos

como pessoas que serão profundamente atingidos pela sua postura, tendo este profissional na mais alta relevância o envolvimento da família no seu trabalho.

## **V- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Constituição Federal estabelece em seu Artigo 50 (caput):

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade[...] (BRASIL,2002)

Assim, todos têm o direito de participar como membro ativo da sociedade, inclusive as pessoas com necessidades educacionais especiais, ou seja, todos os grupos minoritários que, de uma forma ou de outra, necessitem de medidas educacionais diferenciadas quanto aos processos de avaliação, desenvolvimento curricular, comunicação, dentre outros.

Vive-se a era da globalização e na atualidade, assistimos a um crescimento contínuo da conscientização dos indivíduos sobre seus direitos. Também é notório que em algumas ramificações da sociedade tem aumentado a preocupação em preparar o cidadão para a busca do bem comum. Tanto que, ao passar dos anos a educação institucional passou a ser tanto um direito como um dever dos cidadãos brasileiros.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.(Brasil,2002)

Sabe-se que, mesmo na atualidade, mesmo com as determinações legais que implicam penalidades civis contra a discriminação existe uma vertente que, embora não desvele seus preconceitos, ainda consideram as necessidades especiais como aberrações da natureza, realidade sinistra, obscura, marginal ou ainda castigo divino. Mas existem também os que consideram o ser humano na sua totalidade antropológica, tomando as amplitudes existentes características do ser humano, que transcendem as características físicas. É imperativo viver as diferenças e respeitar a diversidade.

Para praticar a inclusão é preciso conhecer. A base do real se dá pelo contato direto, pois não há como incluir o desconhecido. É necessário observar e analisar com atenção e minúcia a realidade da pessoa com necessidade especial, desviando o foco do que lhe falta para suas potencialidades, para não haver tentativas de educação para mediocrisar, tentando transformar o indivíduo em um molde ajustável ao modelo atual de sociedade, quando a principal necessidade é educar na diversidade, buscando desviar o foco da deficiência, das dificuldades para as potencialidades e percepção diferenciada. É a essência do ser que vai direcionar trabalho.

O ser humano evolui ao longo dos anos, social, cultural, cognitiva e tecnologicamente. A educação também evolui, porém suas teorias estão

sempre em construção. O processo educacional vem passando por um período de transição no qual a transformação ampla de educar para a liberdade já há alguns anos sendo prescrita por pensadores da ação educativa.

A Educação é um trunfo indispensável à humanidade na construção dos ideais de paz, liberdade e justiça social. Ela prepara o ser humano para a vida, porém, essa aprendizagem não se dá apenas na escola, mas também acontece na família, na comunidade ou num grupo social mais amplo. Cada uma dessas organizações realiza um aspecto na formação do indivíduo e nenhuma destas instituições pode omitir que uma relação entre eles favorece o desenvolvimento humano. Há ainda a falta de conhecimento dos direitos dos pais dos alunos, bem como um déficit grande na prática pedagógica inclusiva, perpassando ainda por professores que ainda são totalmente contra a inclusão. Infelizmente, ainda há um grande preconceito na fala dos professores, alegando sempre não estarem preparados para tal. Em contra partida, as famílias elucidadas dos direitos de seus filhos, alegam também não estarem preparados para serem pais de pessoas com necessidades especiais, mas que tem aprendido a cada dia, cobrando a mesma postura da escola.

No caso específico das escolas e da família, é necessário que estas instituições se tornem conscientes de seus deveres em relação à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, mediado pelos vínculos emocionais que permeiam esta relação.

As análises teóricas realizadas com referencial em Jean Piaget e Vigotsky dão suporte à compreensão de que a influência mútua das relações interpessoais e a relação com o objeto do conhecimento estruturam e favorecem o desenvolvimento, não só das pessoas com necessidades educacionais, mas de todos os indivíduos.

Assim, a importância de um vínculo entre a família e a escola na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais se desvelou como agente dinamizador da aquisição de habilidades para conviver e atuar na sociedade na qualidade de cidadão, pois as pesquisas, entrevistas e observações realizadas dão suporte a estes procedimentos.

A partir do momento que se conseguir incutir efetivamente estes vínculos na escola, certamente os objetivos propostos serão alcançados, pois todos os envolvidos: família, escola, professores, gestores, coordenadores e alunos estarão inseridos e engajados em oferecer uma educação de qualidade que atenda às necessidades dos educandos considerando suas especificidades.

Ainda é necessário disseminar a idéia de que a família, os vínculos afetivos e o ato educativo devem estar intrínsecos à educação inclusiva, pois a pesquisa de campo, fundamentada em casos específicos apontam uma inobservância destes fatos.

Para que se saia do ideal, partindo para o real é necessário que as famílias compreendam seus direitos e deveres... É imprescindível que os envolvidos no ato educativo se disponibilizem para apreender que a educação vai bem mais além do ensino de meras técnicas e conceitos. É indispensável que este profissional esteja pronto para enfrentar os desafios que pressupõe

educar todos, lançando um olhar para envolver e trabalhar de forma autêntica a heterogeneidade do ser humano sabendo que nem todas as pessoas aprendem de modo igual, ao mesmo tempo, a mesma coisa. Sem afetividade, isto não será possível.

No caminho para a inclusão, ainda há muito que se percorrer, mas é essencial a consciência de que não existem receitas prontas! Isso depende de vontade política, investimento, querer fazer e afetividade.

Configura-se então uma reflexão bastante pertinente: se professores, escola e família são conscientes e concordam que a união entre a família e a escola pode aprimorar a educação inclusiva, porque não se busca estreitar esta união para que a educação inclusiva aconteça de fato?

Só a partir de procedimentos como busca da essência, abertura para a não rotulação do indivíduo, afetividade no contexto escolar, buscando sempre a parceria com as famílias, a educação inclusiva se tornará capaz de orientar os alunos no seu desenvolvimento ou estabelecer caminhos pra melhoria da qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

ANDALÓ, Adriane. **Didática da Língua Portuguesa Para o Ensino Fundamental** ed. FTD, 1997.

Brasil. **Constituição federal, código penal, código de processo penal/organizador Luiz Flávio Gomes. 4ª edição.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

BEE, Helen. **A criança em desenvolvimento.** Porto Alegre: Artmed, 9ª e. 2003.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da Aprendizagem.** Petrópolis: Vozes, 1986.

**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA:** sobre princípios, política e prática em Educação Especial. Salamanca (Espanha), 1994.

**Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar.** / Celeste Azulay Kelman [et al.]; coordenação de Diva Albuquerque e Silviane Barbato. – Brasília: Editora UnB, 2010.

ENSAIOS PEDAGÓGICOS: **Construindo Escolas Inclusivas**, 1º. Ed. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GOULART, Iris Barbosa. **PIAGET - Experiências básicas para utilização pelo professor.** São Paulo: Vozes, 11ª ed.

GRAPEIA, Leonardo Soares, Brasília. 2004. Disponível em <http://www.artigos.com/artigos/sociais/administracao/recursos-humanos/resiliencia-1443/artigo/>, acessado em 04/02/2011.

MAZZOTTA, M.J.S. . *Fundamentos de educação especial.* São Paulo. Livraria Editora Pioneira, 1982.

OLIVEIRA, João Maria. Revista escola de pais do Brasil, SC, ano 1, n. 1, p. 13, jun.2009.

PIAGET, Jean. Epistemologia Genética.Tradução de Álvaro Cabral: revisão de tradução Wilson Roberto Vacari. São Paulo: Martins Fontes, 2002

PORT, Sérgio Eduardo Artigo escrito em: Abr/01 Publicado no culturatura em: Jun/02, disponível em <http://www.culturatura.com.br/artigos/educador3.htm>

RAPPAPORT, C. R. et al. Psicologia do Desenvolvimento. São Paulo: EPU, 1984.

Revista Nova Escola - "O que eles ainda têm a nos ensinar" (Vygotsky, Gardner, Emília, Piaget, Freire, Freinet). Janeiro/Fevereiro/2001.

Sérgio Eduardo Port Artigo escrito em: Abr/01 Publicado no culturatura em: Jun/02.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. A formação Social da Mente. Organizadores Michael Cole...[et. Al.]: tradução José Cipola Neto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes,1991.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. Vigotsky e a aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

WEDELL, K. . Novas tendências da educação especial. In: Anais do I Encontro de Educação Especial. *Estudos e Documentos*, FE/USP, v.21, 1993.

## ANEXOS

### A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professores e Pais



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



---

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre “A IMPORTÂNCIA DE UM LAÇO ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS” . Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam da pesquisa um pequeno questionário e situações cotidianas e rotineiras da escola. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo a você. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone \_\_\_\_\_ ou no endereço eletrônico \_\_\_\_\_.

Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Aparecida da Silva Cunha

---

Concorda em participar do estudo? ( ) Sim ( ) Não

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

E-mail (opcional): \_\_\_\_\_

B – Questionário para pesquisa – (Pais e/ou Responsáveis)



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



- Nome:  
\_\_\_\_\_
- Formação:  
\_\_\_\_\_
- Área de atuação:  
\_\_\_\_\_

1) Você considera que o trabalho pedagógico com seu filho(a) se configura verdadeiramente nos âmbitos da INCLUSÃO?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2) Você acredita que há um espaço para a família na escola, objetivando o avanço de seu filho nas questões de aprendizagem?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3) Como você e sua família participam das atividades escolares?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4) Qual a importância de um laço entre a família e a escola para a efetiva prática de uma educação inclusiva? Como estes laços poderiam ser estimulados pela escola?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5) Como se dá o acompanhamento das atividades escolares, aos amigos, professores e escola?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

6) Como é a avaliação escolar de seu filho?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



## C – Questionário para pesquisa – (Professores)



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



- Nome:  
\_\_\_\_\_
- Formação:  
\_\_\_\_\_
- Área \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ atuação:  
\_\_\_\_\_

1) Você considera que o seu trabalho pedagógico se configura verdadeiramente nos âmbitos da INCLUSÃO?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2) Você acredita que há um espaço para a família na escola e que esta tem se apresentado na escola objetivando o avanço nas questões de aprendizagem?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3) Como a família participam das atividades escolares?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

3) Qual a importância de um laço entre a família e a escola para a efetiva prática de uma educação inclusiva? Como estes laços poderiam ser estimulados?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

5) Na sua prática pedagógica, como se dá o acompanhamento das atividades, as intervenções e internalizações dos conteúdos propostos?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

6) Como você avalia seu aluno?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

7) Na sua opinião, o que ainda falta alcançar para termos uma educação inclusiva com qualidade?

---

---

---